

**Trabalho Terceirizado no Brasil: a inserção da mão-de-obra feminina em uma conjuntura conservadora.** Livia Marinho de Moura, Helen Barbosa Raiz Engler, Mateus Beordo. – Serviço Social – Núcleo de Pesquisa - Mentalidade e Trabalho: do local ao global – Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Faculdade de História, Direito e Serviço Social – Campus de Franca.

A terceirização surge a partir das necessidades trazidas pela II Guerra Mundial, não só das indústrias bélicas, mas como necessidade mundial de reconstrução, uma vez que a rapidez e a eficiência seguidas dos baixos custos do trabalho terceirizado já podiam ser notadas. No Brasil a consagração e dinamização do processo ocorreram durante os anos de 1990, prevalecendo até a presente data.

No mundo “Qualidade Total” é o lema da terceirização, há uma busca pela otimização dos serviços e da produção, aliados a uma mão-de-obra eficiente e organizada. Tal fato pode ser reforçado por pesquisas como da DIEESE (1993), onde aponta, entre alguns dados os seguintes:

- aumento do desemprego, principalmente entre o pessoal menos qualificado;
- degradação salarial;
- degradação das condições de trabalho nas empresas de terceiros (corte de benefícios sociais diretos ou indiretos, precarização das condições de saúde e segurança no trabalho);
- ausência de legislação que proteja os trabalhadores e trabalhadoras quanto às formas e efeitos da terceirização;
- terceirização à domicílio;
- transformação do trabalho permanente em autônomo (com correspondente precarização das condições de trabalho);
- desorganização sindical pelo esfacelamento e fragmentação do coletivo de trabalhadores (que se espalham pelas empresas fornecedoras, o que rebate sobre as possibilidades de organização sindical e de manutenção e ampliação de conquistas trabalhistas organizativas.)
- discriminação pessoal e salarial daqueles que não tiveram tempo ou oportunidade de aprimoramento profissional.

No Brasil além desses, vários outros preceitos são desrespeitados, principalmente quanto à remuneração, a mão-de-obra brasileira, que é mundialmente conhecida, como de baixo custo. Fator agravante a essa perspectiva é a falta de qualificação dos trabalhadores contratados, propositadamente em alguns casos.

Tais apontamentos caracterizam de maneira muito clara o trabalho terceirizado no Brasil; onde se percebe que há uma preocupação única e exclusiva com o lucro, desprezando direitos sociais e trabalhistas. A terceirização, no caso brasileiro, perde a sua qualificação inicial de trabalho organizado, direcionado a uma produção eficaz e de qualidade, praticado em parceria com as empresas primárias; dentro deste cenário a terceirização surge como mais uma forma de precarização do trabalho.

Tal descaso com o trabalhador ocorre não somente pela falta de especialização da mão-de-obra, ou pelo sexo, mas acima de tudo pela tranqüilidade encontrada pelas empresas diante do exército de reserva de mão-de-obra disponível.

“[...] houve uma diminuição da classe operária industrial tradicional. Mas, paralelamente, efetivou-se uma expressiva expansão do trabalho assalariado, a partir da enorme ampliação do assalariamento no setor de serviços, verificou-se uma significativa heterogeneização do trabalho expressa também através da crescente incorporação do contingente feminino no mundo operário; vivencia-se também uma subproletarização intensificada, presente na expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, terceirizado, que marca a sociedade no capitalismo avançado”. (Antunes,1998:41).”

Dentro de toda essa conjuntura brasileira de terceirização, há uma maior inserção do trabalho feminino, economicamente as mulheres são de grande preferência o tipo de produção empregada, porque o exército de trabalho feminino é formatado por algumas peculiaridades específicas, convenientes, no entanto, nessa fragmentação produtiva.

A sociedade brasileira, tradicionalmente conservadora e patriarcal, condicionou suas mulheres às tarefas domésticas, assim subordinadas, elas desenvolvem “certo grau de paciência”, no lar cuidam dos filhos e do marido.

As tarefas domésticas são repetitivas e monótonas, como bordar, cozinhar, separar e organizar objetos, costurar, embalar, lavar, passar, limpar e entre outras, forçando suas agentes a realizá-las de maneira criteriosa e rápida, visando atender às necessidades dos familiares, urgentes em algumas ocasiões.

Esse novo mercado encontra assim nas mulheres uma “colaboradora” acostumada às rotinas frenéticas e freqüentes, dotada de agilidade manual, visual, sensibilidade e postura cordata.

Neste caso a idéia de divisão sexual do trabalho é reforçada, além da implícita degradação do trabalho feminino. Mas, não é apenas, a nova forma de contrato terceirizado o fator desqualificante para a mulher.

Há toda uma construção histórica onde as mulheres, já acostumadas com vínculos domiciliares, de vendas de produtos para pequenos círculos, ou mesmo de produção doméstica, quando são contratadas como empregadas ou faxineiras.

Historicamente a mulher, dentro do campo de trabalho, encontra-se na maioria das vezes em escala inferior aos homens, dentro das hierarquias trabalhistas.

As razões no momento da seleção de mulheres para trabalho terceirizado pelas empresas são elementares, mas simultaneamente degradam e menosprezam suas funcionárias, afinal as fases menos importantes do processo produtivo é que lhes são delegadas.

Outro fator que deve ser acrescido a essa complexidade é que houve uma redução no emprego masculino e os postos femininos de trabalho, apesar de aumentarem, são, na maioria das vezes, em ocupações precárias, temporárias e flexíveis.

Porém, quando a modernização visa à qualificação dos contratados, normalmente são os homens a ocuparem essas vagas.

Já no caso de desqualificação, usualmente, são as mulheres a serem selecionadas; socialmente há um padrão diferente de comparação entre os sexos, que vai além das diferenças biológicas, principalmente no Brasil, formado por uma sociedade baseada em desigualdades.

“A divisão sexual do trabalho é uma forma de organização da divisão social do trabalho resultante de relações sociais e tem como fundamento uma visão hierárquica e assimétrica em relação ao papel desempenhado pelas mulheres e pelos homens na esfera produtiva e reprodutiva. Em contraposição à valorização do trabalho masculino, o feminino é avaliado com base em estereótipos sexistas, que atribuem o lugar das mulheres na estrutura hierárquica das empresas ou a permanência delas no trabalho doméstico, ao destino biológico do seu sexo, naturalizando, com isso, a condição desigual das mulheres na sociedade. (Hirata & Kergoat, 1998).”

O resumo é baseado, primeiramente, em pesquisa teórica, o qual direciona e impulsiona os principais conceitos e objetivos propostos; a pesquisa teórica fundamenta e confirma os objetos da pesquisa, através da análise, desde clássicos como Karl Marx, quanto modernos como Ricardo Antunes, reforçando desse modo as concepções e impressões deixadas por essa tentativa de modernização, adequação ao sistema e conseqüente precarização das relações de trabalho.

Afinal, a flexibilização do trabalho, dentro de um quadro de globalização e reestruturação, atingiu a homens e mulheres de maneira diferente.

Mesmo sendo a terceirização uma realidade irrefutável e uma consequência inevitável do processo econômico mundial, as novas formas de produção e a necessidade de modernização entram em conflito com direitos alcançados com movimentos democráticos e lutas sociais desde o século XIX e que em face à modernidade e a globalização econômica capitalista, são postos à prova e até mesmo deixados de lado. Num momento onde esses mesmos direitos, duramente conquistados e arrancados, deveriam ser revistos e não execrados.

### **Referências Bibliográficas:**

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** - Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. 10 ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas. 2005.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do Trabalho** - Ensaio sobre a afirmação e a negação do Trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999. 258p.

ARAÚJO DE OLIVEIRA, MANFREDO. **A nova problemática do trabalho e a ética** in TEIXEIRA, FRANCISCO J. S. (ORG.); ALVES, GIOVANNI; MENELEU NETO, JOSÉ; ARAÚJO DE OLIVEIRA, MANFREDO (ORG.). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva:** As novas determinações do mundo do trabalho. 2 ed. Cortez; UECE. 1998. São Paulo.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista** – A degradação do trabalho no século XX. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Biblioteca de Ciências Sociais. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

FURTADO, João. **Mundialização, reestruturação e competitividade:** a emergência de um novo regime econômico e as barreiras às economias periféricas. Disponível em: <http://globalization.sites.uol.com.br/mundiali.htm> . Acesso em: 11 set. 2006.

HIRATA, Helena. Nova divisão sexual do Trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002. 335 p.

IANNI, Octavio. **Dialética & Capitalismo** – Ensaio sobre o pensamento de Marx. 3 ed. Petrópolis: Vozes. 1988.

IANNI, Octavio. **A era do globalismo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1996.